

**A EXIGIBILIDADE DO EIA/RIMA (ESTUDO DE IMPACTO  
AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL):  
ESTUDO DE CASO BR440**

Mirian Lopes Vargas  
Marcus Motta Monteiro de Carvalho

**RESUMO**

O EIA e o RIMA são instrumentos que estão diretamente ligados a proteção do meio ambiente. Apresentarei um estudo de caso referente à BR440 e a exigibilidade do EIA/RIMA posterior a uma fundamentação por estudo científico sobre a legislação ambiental, seus princípios ambientais e posicionamentos doutrinários. A atenção dedicada ao meio ambiente ganhou maior amplitude da tutela jurisdicional e com as mudanças globais e conseqüentes necessidades sócio-ambientais, novas alterações surgiram nas leis para preservar o meio ambiente, desta forma métodos de prevenção, responsabilidades administrativas, civil e penal foram criadas a fim de coibir condutas e atividades que são lesivas ao meio ambiente. Métodos estes que vão desde a exigência do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental) para casos de empreendimentos ou obras potencialmente poluidoras e a imposição da implantação de meios de compensações entre outros tipos de estudo para os demais casos de atividades econômicas ou obras – até a aplicação de sanções como prestação social alternativa, perda de bens, multa, suspensão ou interdição de direitos e ou prisão por crime ambiental. O direito ambiental, na atualidade, obedece aos princípios da prevenção, precaução e desenvolvimento sustentável entre outros. Revelando a preocupação dos doutrinadores e do legislador em dar maior efetividade a tutela do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Aparentemente, há um consenso de que na ocorrência de conflito de normas específicas (Resolução Normativa CONAMA 01/86) ou lei Estadual ou Municipal será aplicada a legislação que melhor atenda ao princípio do In dubio pro ambiente. Porém a aplicação da lei infraconstitucional deverá sempre atentar para o atendimento ao princípio da Supremacia Constitucional.

**Palavras-chave:** EIA/RIMA, proteção, meio ambiente, precaução.

## INTRODUÇÃO

No decorrer da história do Brasil, as leis ambientais adaptaram-se de acordo com sua época, sendo a criação do EIA/RIMA através da resolução 01/86.

A hipótese neste estudo é que o EIA/RIMA como importante instrumento ligado à proteção do meio ambiente deveria ser exigível para todas as atividades ou obras causadoras de impactos ambientais e ou só para as potencialmente causadoras de significativo degradação ambiental. Mas considerando haver dúvida quanto a exigir ou não o estudo em questão, deveria os órgãos responsáveis pela liberação de licença considerar em sua decisão a opção que vise o princípio do In dubio pro ambiente, mas desde que a norma infraconstitucional não entre em conflito com a norma Constitucional. Desta maneira, o EIA/RIMA deveria ser um instrumento utilizado na prevenção do meio ambiente, empregado com precisão sobre a localidade a ser implantada a nova atividade ou obra e também sobre o empreendimento independente do porte destes.

A tutela jurídica ambiental, que inicialmente tinha o caráter mediato evoluiu, acompanhando a história das necessidades sociais.

No intuito de compreender os instrumentos previstos na Resolução Conama 01/68, suas alterações e o amparo desta com a atual legislação constitucional, para tanto faz se necessário um estudo de caso, apontar os principais problemas oriundos da inexigibilidade do EIA/RIMA, sob a ótica do atual direito ambiental. Desta forma, objetiva-se buscar uma proteção maior do direito ambiental, suas evoluções históricas; analisando suas finalidades e ao mesmo tempo verificando a situação presente e futura do ecossistema ou seja o objetivando proteger o patrimônio ambiental que se pretende deixar para as atuais e futuras gerações da humanidade, visando o bem estar destas.

## **METODOLOGIA**

Serão feitos estudos comparativos entre doutrinadores, a Constituição Federal de 1988, e ainda, serão observados diretrizes de normas infraconstitucionais, pareceres administrativos e decisões judiciais que envolvem este assunto.

Pretende-se abordar quais seriam as condições, parâmetros para a exigência do EIA/RIMA e sua importância.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **1 - Breve evolução do Direito Ambiental**

As questões ambientais vêm ganhando cada vez mais notoriedade no âmbito jurídico, estando presentes nos diversos sistemas sociais, sejam eles educacionais, econômicos, políticos, entre outros. Isso se deve a uma constante preocupação nas últimas décadas com a qualidade de vida das atuais e futuras gerações da humanidade, considerando os conseqüentes acontecimentos e mudanças ambientais, tais como: empreendimentos que trazem destruição dos ecossistemas ao seu entorno, o aquecimento global, catástrofes que deixaram um rastro de devastação e vitimaram muitas pessoas e animais. Diante deste panorama, vários países estão empenhados em desenvolver políticas ambientais de preservação do meio ambiente e têm ocorrido, em consequência deste empenho, conferências internacionais a fim de encontrarem soluções para tais mudanças ambientais. Desta forma, segundo Luís Paulo Sirvinskaskas:

A Conferência realizada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no período de 5 a 16 de junho de 1972 sobre o meio ambiente, em Estocolmo, Suécia, foi o marco histórico que demandou a preocupação para a preservação do meio ambiente. Em decorrência dessa Conferência, os países signatários firmaram uma declaração com vinte e seis princípios, os quais produziram reflexos na legislação interna da maioria dos países, inclusive daqueles que não subscreveram o documento.(...). (SIRVINSKAS, 2013 p. 216)

No tocante ao âmbito jurídico e tendo em vista o acima exposto, também houve modificações no foco jurídico-normativo que no passado era em síntese uma tutela econômica do meio ambiente e também uma tutela mediata do meio ambiente, ou seja, continha normas de defesa de interesses individuais em relação à proteção do meio ambiente. A evolução jurídica e legislativa do direito ambiental no país se dividiu em três fases, a saber: Primeira fase, sobre a tutela econômica do meio ambiente; Segunda fase trata-se da tutela sanitária do meio ambiente, e por fim na atualidade a Terceira fase que cuida da tutela autônoma do meio ambiente e o surgimento do direito ambiental com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente normatizada pela Lei n. 6938/81 e esta trouxe expressamente a exigência de avaliação de impactos ambientais que posteriormente foi regulamentado pela resolução Conama n.1/86 que definiu o EIA/RIMA e também adveio a criação da lei de crimes ambientais – Lei n. 9605/98.

Ademais, ocorreu surgimento do Direito Ambiental que é considerado uma Nova Ciência e que vem aglutinando ao seu ordenamento normativo, a cada dia, novas normas, a fim de atender as necessidades sociais surgidas ou alterando regulamentos e portarias já existentes. Também neste sentido das mudanças surgem questionamentos sobre necessidade da utilização ou não de normas. Portanto, a respeito deste questionamento o presente trabalho consistirá no estudo sobre a aplicação do instrumento normativo EIA/RIMA previsto na Resolução Normativa Conama 001/86 e se essa resolução ainda continua válida. Tendo em vista as discussões sobre esse instrumento normativo, passa-se a seguir, a expor um breve conceito a cerca do assunto foco deste estudo.

## **2 - Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)**

Os riscos que empreendimentos podem causar ao meio ambiente devem ser diagnosticados e prevenidos através da aplicação de um sistema normativo adequado.

Nesta linha de pensamento tem-se o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) que consiste em um estudo que analisa e faz uma previsão do impacto ambiental assessorado por um relatório de impacto do meio ambiente que é conhecido como RIMA, estes instrumentos estão legalmente previstos na Constituição Federal de 1988 no artigo 225 e na Resolução CONAMA 001/86 com o objetivo de atender aos princípios da prevenção e precaução quanto à instalação de uma obra ou atividade potencialmente causadora de destruição de seu entorno ou de áreas até mais abrangentes do meio ambiente.

Mais especificamente EIA/RIMA é considerado por vários doutrinadores como o mais importante instrumento de preservação ambiental como segundo Luís Paulo Sirvinskas:

“O Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) é um dos instrumentos da política nacional do meio ambiente, tão importantes quanto o Zoneamento para a proteção do ambiente. É um instrumento administrativo preventivo. Por tal razão é que foi elevado a nível constitucional (art.225, § 1º, IV, da CF)...”. (SIRVINSKAS, 2013, p. 215)

Confirmando a definição acima, discorre Celso Antônio Pacheco Fiorillo:

“Evidenciada sua existência no princípio da prevenção do dano ambiental, o EIA/RIMA constitui um dos mais importantes instrumentos de proteção do meio ambiente. A sua existência é preventiva e pode compor uma das etapas do licenciamento ambiental.”(FIORILLO, 2013, p.244)

Mais especificamente quanto ao conteúdo do (EIA) observa-se que para a sua realização é necessário o trabalho conjunto de profissionais especialistas de vários ramos de ciências, visto que (EIA) é um estudo que envolve temas que estejam diretamente ligados a: degradação ambiental que é a modificação ou alteração que causam prejuízo de grande extensão do meio ambiente; já o impacto ambiental diz respeito a alterações físicas, químicas e biológicas; e meio ambiente é todo um conjunto de interações físico, químicas e biológicas que permitem a vida dos mais variados seres e plantas. Desta forma, trata-se de um estudo complexo com parecer técnico de diversas áreas de conhecimento necessitando, portanto, para o entendimento desse estudo o (RIMA) – Relatório de Impacto do Meio Ambiente - que é um complemento do (EIA) sendo a tradução dos termos presentes neste instrumento em uma linguagem mais acessível para os órgãos públicos e

administradores de empreendimentos que irão utilizá-lo. Assim sobre o assunto, conceitua muito bem Luís Paulo Sirvinskas:

“Assim, o EPIA nada mais é do que a avaliação, mediante estudos realizados por uma equipe técnica multidisciplinar, da área onde o postulante pretende instalar a indústria ou exercer atividade causadora de significativa degradação ambiental, procurando ressaltar os aspectos negativos ou positivos da intervenção humana. Tal estudo analisará a viabilidade ou não da instalação da indústria ou do exercício da atividade, apresentando, inclusive, alternativas tecnológicas que poderiam ser adotadas para minimizar o impacto negativo ao meio ambiente.” (SIRVINSKAS, 2013 p. 216)

Nesta mesma linha de estudo o doutrinador Celso Antônio Pacheco Fiorillo conceitua também o RIMA:

“A existência de um relatório de impacto ambiental tem por finalidade tornar compreensível para o público o conteúdo do EIA, porquanto este é elaborado segundo critérios técnicos. Assim, em respeito ao princípio da informação ambiental, o RIMA deve ser claro e acessível, retratando fielmente o conteúdo do estudo de modo compreensível e menos técnico”. (FIORILLO, 2013 p. 248)

Importante destacar que o EIA deve obedecer as diretrizes gerais previstas no art. 5º da resolução n.1/86 do CONAMA:

I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando as com a hipótese de não execução do projeto;  
II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;  
III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;  
IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.  
Parágrafo único. Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental o órgão estadual competente, ou a SEMA ou, no que couber ao Município 161, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos.

### **3 - Alterações da Resolução CONAMA 01/86**

Primeiramente, a Resolução Conama 01/86, no tocante o EIA/RIMA, com a Constituição Federal de 1988 em seu art. 225,§1º, IV - ganhou condição de norma constitucional, como previsto no artigo que se segue:

Art. 225 (...), “§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe-se ao Poder Público:

“IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.(CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988, Art.225,§1º-IV)

Em seguida, a referida Resolução foi alterada pela Resolução Conama 237/97. Em seu texto observa-se que esta alteração ampliou o rol de atividades e obras trazidas pelo artigo 2º da resolução conama 1/86.

Além disso, essas atividades listadas na nova resolução estão obrigadas ao licenciamento ambiental, porém não há nenhuma menção na resolução 237/97 de que são obrigadas a realizar o EIA/RIMA, cabendo ao órgão ambiental competente decidir a respeito da necessidade do EIA/RIMA, segundo o doutrinador Marcelo Abelha Rodrigues:

“Entrando em vigor a Resolução nº237/97, revogaram-se os dispositivos da Resolução nº1/86 relativos ao licenciamento, permanecendo, porém, em vigor, aqueles dedicados ao EIA/RIMA, que não foi tratado na nova resolução. É o que se extrai do artigo 21 da Resolução nº 237/97”(RODRIGUES, 2013, p. 624)

#### **4 - A exigibilidade do EIA/RIMA**

Sob a ótica de ÉdisMilaré:

“Desde o dia 5 de outubro de 1988 o País vive sob novo regime constitucional, no qual, entre outras inovações, somente é exigível EIA/RIMA para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. (art. 225, § 1º, IV).

Ou seja, nos termos da nova ordem constitucional, somente quando houver significativa degradação do meio ambiente poderá ser exigido o EIA/RIMA. Isso, e apenas dessa forma, está na Constituição. Qualquer outra disposição que houver na legislação infraconstitucional deve se conformar e assim ser interpretada.

Assim é que, dessa aplicação da lei no tempo, alcança-se a conclusão de que os casos exemplificativamente listados na Resolução Conama 001/1986 só são passíveis de apresentação de EIA/RIMA se e quando houver significativa degradação ambiental.” (MILARÉ, 2010 p. 387)

Observa-se analisando algumas doutrinas, o texto constitucional, as resoluções Conama n. 1/86 e 237/97, e a Lei 6938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) que apesar de aparentemente alguns empreendimentos ou obras serem atividades impactantes, nem todos tem a exigência da realização do EIA/RIMA, mas apenas aquelas causadoras de significativo impacto que tenha

degradação ambiental. Nesse sentido, será levado em conta as características de solo, local, existência de uma mata nativa ou outras características do ambiente no qual vai ser instalado, que poderá haver uma grande possibilidade de degradação ambiental. Assim, segundo Celso Fiorillo:

“O EIA/RIMA nem sempre poderá ser exigida nas obras ou atividades que não forem de significativo impacto e que o conceito de obra ou atividade deverá ser compreendido de forma ampla. Na verdade o referencial de exigência do estudo encontra-se vinculado ao efeito e à impactação que possa causar e não propriamente dito à natureza do empreendimento (obra, atividade, construção, etc.)”. (FIORILLO, 2013 P. 249)

Se não houver o cabimento de EIA/RIMA seja por não preenchimento dos pressupostos de exigibilidade ou pelo fato de não ter sido este estudo realizado previamente a liberação da licença de realização da obra ou atividade, então outros estudos devem ocorrer para demonstrar a viabilidade ou não da obra ou atividade a ser implantada ou finalizada:

“ainda nos casos em que não seja obrigatória a apresentação de um estudo de avaliação de impacto ambiental complexo e integrado (o legalmente denominado de estudo de impacto ambiental), nem do respectivo RIMA, tem o empreendedor que atender a pedidos de esclarecimentos do órgão ambiental, mesmo que isso o obrigue a custear a realização de estudos sob aspectos particulares do projeto e suas consequências sobre o meio ambiente”. (OLIVEIRA apud Milaré, 2011, p. 486)

## **5 - Estudo de Caso da BR440**

O presente estudo refere-se a obra de implantação da rodovia BR440, que interliga as rodovias BR040 e BR267, localizada no município de Juiz de Fora – MG, cuja extensão é de aproximadamente 9 Km. Após a referida obra já em estado avançado, foram apresentados questionamentos e denúncias alegando irregularidades. Tais denúncias baseavam-se em argumentos os quais, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, poderiam causar grandes impactos na região, na qual a BR 440 tem seu traçado passando em área próxima a represa, que serviria de abastecimento para a cidade e de que poderia haver risco de as chuvas provocarem lixiviação de metais pesados os quais participariam da composição do asfalto utilizado na via, com consequente contaminação da represa, tornando a água imprópria para o consumo, além destes argumentos outros, como por exemplo, a



não realização do EIV - estudo de impacto de vizinhança e o EIA/RIMA – estudo de impacto ambiental/ relatório de impacto do meio ambiente. Acontece que em virtude da reduzida extensão da via (inferior a 10 km) a mesma não é passível de licenciamento ambiental, vide Deliberação Normativa- DN COPAM nº 74/2004. Em virtude deste fato não é possível falar na exigibilidade do EIA/RIMA, pois o mesmo só é exigível na hipótese de licenciamento ambiental de empreendimento capaz de causar significativa degradação ao meio ambiente, sendo que o empreendimento em análise se quer é passível de licenciamento ambiental.

Na esfera estadual mineira o COPAM é o órgão legitimamente investido para aprovar normas sobre a concessão de atos autorizativos ambientais. O município de Juiz de Fora - MG exerce as atribuições de licenciamento e fiscalização ambiental em decorrência de convênio de cooperação administrativa e técnica celebrado justamente com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, obrigando-se, portanto, a submeter as normas ambientais emanadas do COPAM, a não ser que possua no âmbito do referido município norma de caráter mais restrito. Sendo assim, considerou como o mínimo para a necessidade de regularização a extensão de 10 km para poder configurar como potencial poluidor para determinação da classe.

Observa-se que a implantação da referida obra não alcança o mínimo regulado na DN COPAM nº74/04, qual seja, é inferior a 10 km, não sendo passível de licenciamento ou autorização ambiental, conseqüentemente, sendo dispensada a exigibilidade da EIA/RIMA.

Até o presente momento, não se tem notícia de qualquer medida, ou decisão, judicial ou administrativa, em qualquer das esferas de poder mediante declaração de inconstitucionalidade ou ilegalidade da norma, de dispensa de licenciamento e de inexigibilidade de EIA/RIMA para os trechos menores de 10 km.

De acordo com o parecer da Prefeitura de Juiz de Fora- MG datado de 15 de setembro de 2010 em resposta as denúncias quanto à obra da BR 440 referente ao processo administrativo nº 2781/2009, na qual defende que não se pode negar que o empreendimento é efetivo ou potencialmente poluidor. Por esta razão, houve a convocação ao licenciamento no que se refere à atividade de movimentação de terra e à intervenção em APP (Área de Preservação Permanente), já que a estrada possui uma reduzida extensão. Não sendo, portanto, a BR 440 passível de licenciamento ambiental e conseqüentemente do EIA/RIMA, conforme previsto no artigo 3º da

Resolução CONAMA nº 237/97, cujo objetivo é de que a sociedade e o COMDEMA pudessem se informar a respeito do específico caso de modo a possibilitar a discussão sobre a obra e as medidas mitigadoras.

O projeto da Rodovia BR440 integra o Plano Diretor De Desenvolvimento Urbano do Município- PDDU desde o ano 2000 e licenciada desde 2001 pelo órgão estadual, mas que ainda não foi executada integralmente em virtude da insuficiência de recursos financeiros.

Há uma Ação Cautelar Inominada de nº 6848-32.2010.4.01.3801 proposta sobre danos ambientais e responsabilidade civil referente as obras de implantação da Rodovia BR440, cuja distribuição ocorreu em 13 de maio de 2010, porém esta se encontra suspensa desde 23/01/2014 aguardando decisão do processo de Ação Civil Publica em apenso de nº 9472-54.2010.4.01.3801 em tramitação na 3ª vara Federal da subseção judiciária de Juiz de Fora – MG, sendo que este ultimo processo teve como recentes movimentações as seguintes: em 24/07/2013 foi determinado pelo Juiz a realização de pericias e considerou os documentos entregues pelo DENIT E IBAMA; em 26/04/2014 abriu vistas de 5 dias as partes para se manifestarem e a ultima movimentação ocorreu em 29/04/2014 aguardando expedição de mandado de intimação/notificação. Portanto, até o presente momento não há uma sentença definitiva a cerca do provimento pleiteado.

Além disso, foram encontradas supostas irregularidades apontadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União) que foram apuradas no do processo nº006.957/2010-2, AC-3285-54/11-P.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Atualmente encontra-se embargada a obra da BR 440, devido a supostas irregularidades que estão sendo objeto de discussão pelo TCU no que tange a licitação, ao elevado gasto da obra acima da média prevista para esse tipo de obra e inexistência de projeto executivo e sub-rogação do contrato entre a União e a empresa responsável pela obra.

Existe ainda em tramitação na 3ª Vara da Justiça Federal, Subseção judiciária de Juiz de Fora o processo de nº 9472-54.2010.4.01.3801, que até a presente data não foi sentenciado. Já na esfera administrativa, ocorreu o processo administrativo de nº 2781/2009 no qual foram relatadas denúncias por parte de

ONGs e Conselhos que apontaram irregularidades quanto à inexistência de EIA/RIMA e EIV, além de impactos ao meio ambiente devido à intervenção em APP e a proximidade da obra com a represa do São Pedro, que ainda se encontra em funcionamento e abastece a cerca de 8% da população de Juiz de Fora. Também houve alegações referente a incoerência das informações presentes no RCA/PCA (Relatório de Controle Ambiental / Plano de Controle Ambiental) sobre a obra em questão.

Devido a tudo o exposto foi realizado vistoria com intuito de averiguar a conformidade da implantação da Rodovia BR 440 em atendimento aos requisitos da Licença e novos estudos mais específicos foram realizados e apontados medidas mitigadoras.

Apesar de todos esses fatores negativos apontados no estudo da BR 440 é exemplo de não exigibilidade da realização do EIA/RIMA devido as suas características de porte da obra. Pois, como previsto na legislação constitucional e nas resoluções do Conama 01/86 e 237/97 e também DN COPAM 74/2004, e segundo pareceres administrativos a referida obra não preenche os pressupostos necessários a sua exigibilidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A criação da Política Nacional de Meio Ambiente através da lei 6938/81 surgiu como uma necessidade de avaliação de impactos ambientais, sendo criada a Resolução n 01/86 e 237/97 do Conama e que por sua vez regulam o EIA/RIMA, que estão previstos legalmente na Constituição Federal vigente. Tais instrumentos são tidos por alguns doutrinadores, como meio importante de proteção ao meio ambiente, mas que respeitando a Constituição Federal, sua exigência deve prevalecer apenas nas obras causadoras de significativo impacto de degradação ambiental e não em qualquer obra.

O estudo de caso demonstra impactos ao meio ambiente e a vizinhança, porém esses impactos não são de em nível de significativa degradação ambiental podendo estes serem mitigados. Devido essas constatações nota-se a necessidade de ter sido exigido a realização de estudos complementares ao projeto da obra da BR 440 diverso do EIA/RIMA que é um estudo muito oneroso e na questão em discussão não se aplica, então sendo de extrema relevância que a população diante

de tais estudos, tome ciência quanto a possíveis impactos ambientais, de modo a possibilitar a discussão sobre a obra e medidas mitigadoras, avaliando nesse caso se a implantação da BR será maléfica ou benéfica ao bem estar da coletividade e se necessita esse referido projeto de modificações. Dessa forma, a Administração Pública atenderia aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da publicidade além dos princípios ambientais da prevenção, precaução e participação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA JF, Equipe Técnica da. **Parecer Multidisciplinar sobre a implantação da rodovia BR440**. Elaborado em 13 de agosto de 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Sistema de Acompanhamento Legislativo. Disponível em:  
<http://isal.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=41091>. Acesso em 08/05/2014 .

CARVALHO, M. M. M. de. **PARECER ELABORADO PELO PROCURADOR DO MUNICÍPIO**. Sobre o processo administrativo nº 2781/2009 em 15 de setembro de 2010.

EDUARDO VALENTE, Tribuna de Minas, 25 de Outubro de 2012. Disponível em:  
<http://www.tribunademinas.com.br/cidade/com-r-54-mi-ja-gastos-obra-na-br-440-deve-parar-1.1174993>. Acesso em: 30/04/2014.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 14ª Edição. *São Paulo*: Saraiva, 2013.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

\_\_\_\_\_. **Direito do Ambiente**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

Resolução CONAMA Nº 001/1986 "Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental." Data da legislação: 23/01/1986 - Publicação DOU, de 17/02/1986, págs. 2548-2549. Status: Alterada pelas Resoluções nº 11, de 1986, nº 05, de 1987, e nº 237, de 1997. Disponível em:  
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>. Acesso em: 20/03/2014.

RODRIGUES, M. A. **Direito Ambiental Esquematizado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

TRF. Tribunal Superior Federal. Disponível em:  
[http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?trf1\\_captcha\\_id=8deb7e62b21c72eb6d80e38ee4d58a69&trf1\\_captcha=4f3m&enviar=Pesquisar&proc=68483220104013801&secao=JFO](http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?trf1_captcha_id=8deb7e62b21c72eb6d80e38ee4d58a69&trf1_captcha=4f3m&enviar=Pesquisar&proc=68483220104013801&secao=JFO)Emitido pelo site [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br) . Acesso em: 29/04/2014.

TRF. Tribunal Superior Federal. Disponível em:  
<http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=94725420104013801&secao=JFO&pg=1&enviar=Pesquisar>Emitido pelo site [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br) . Acesso em: 29/04/2014.

TCU, Tribunal de Contas da União. TCU encontra indícios de irregularidades graves em obras da rodovia BR-440/MG. Disponível em:  
[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/detalhes\\_noticias?noticia=4179297](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/detalhes_noticias?noticia=4179297). Acesso em 13/04/2014.

TCU, Tribunal de Contas da União. POSSIVEIS IRREGULARIDADES NA LICITAÇÃO DA OBRA DA RODOVIA FEDERAL BR-440- JUIZ DE FORA – MG. Disponível em:  
<https://contas.tcu.gov.br/etcu/AcompanharProcesso?p1=6957&p2=2010&p3=2>  
Acesso: 13/04/2014.ç